

Relatório de Análise de Portfólio
(MAIO / 2018)

PANORAMA ECONÔMICO

Nossa Visão (04/06/2018)

Retrospectiva

Com a publicação no Diário Oficial, em edição extra, das três medidas provisórias prometidas pelo presidente Temer aos caminhoneiros, acabou, por enquanto a greve. A principal delas, a redução de R\$ 0,46 no litro do diesel, será gerada pela diminuição de imposto (Cide e PIS/Cofins) no total de R\$0,16 e os outros R\$ 0,30 virão através de subvenção a ser paga pelo Tesouro Nacional.

Segundo o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, o impacto da greve dos caminhoneiros no crescimento econômico de 2018 deve ser reduzido, porque foi um choque forte, porém de prazo muito curto. No entanto, em relação a Petrobrás, pediu demissão Pedro Parente, o presidente da empresa que vinha conduzindo muito bem a recuperação financeira da empresa.

Em relação à economia internacional, na zona do euro, o desemprego caiu de 8,6% em março para 8,5% em abril, conforme as expectativas. Já a surpresa foi causada pela inflação do consumidor que em maio alcançou os 1,9% na base anual, segundo dados preliminares.

Nos EUA, o crescimento do PIB do primeiro trimestre de 2018 foi revisado para baixo e aumentou a uma taxa anual de 2,2%, ao invés de 2,3% da primeira estimativa.

Quanto aos empregos não rurais criados no mês de maio, o resultado veio acima das expectativas. Eram esperadas 190 mil novas vagas, enquanto as efetivamente criadas chegaram a 223 mil. A taxa de desemprego, por sua vez, recuou de 3,9% em abril para 3,8% em maio, igualando abril do ano 2000.

Nos mercados de ações internacionais, a semana passada foi novamente mais de quedas. Enquanto o Dax, índice da bolsa alemã caiu 1,65%, o FTSE-100, da bolsa inglesa recuou 0,37%, o índice S&P 500, da bolsa norte-americana subiu 0,49%, e o Nikkei 225, da bolsa japonesa perdeu 1,24%.

Em relação à economia brasileira, dos indicadores parciais de inflação, o IPC-S subiu 0,41% em maio, depois de subir 0,34% em abril. Já o IGP-M, a inflação do aluguel, registrou alta de 1,38% em maio, após haver subido 0,57% um mês antes, por conta de altas de preços no atacado e no varejo.

Conforme o IBGE, o PIB do Brasil cresceu 0,4% no primeiro trimestre de 2018, em relação ao anterior e 1,2% na base anual. Embora o consumo das famílias e os investimentos tenham subido, em um ano o setor agropecuário caiu 2,6%. O resultado era o esperado.

Em relação ao desemprego, que foi de 12,9% no trimestre terminado em abril, 13,4 milhões de pessoas estavam sem trabalho, uma alta de 5,7% em relação ao trimestre anterior. Em relação ao ano anterior houve uma queda de 4,5%.

Para a bolsa brasileira, foi uma semana de nova queda, com o Ibovespa recuando 2,10%. Assim, o ganho acumulado no ano recuou para 1,10%. O dólar, por sua vez, subiu 2,19%, elevando a alta no ano para 13,06%. O IMA-B Total, por sua vez caiu 0,21% na semana, acumulando alta de 1,69% no ano.

Pesquisa Focus

No Relatório Focus recém-divulgado, a média dos economistas que militam no mercado financeiro estimou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subirá 3,65% em 2018, frente a 3,60% na semana anterior.

Para 2019 a estimativa é de que suba 4,01%, frente a 4,00% na semana anterior.

Para a taxa Selic, o relatório informou que, para o fim de 2018 a taxa Selic estará em 6,50%, como na última pesquisa e em 8% no final de 2019, também como na pesquisa anterior.

Já para o desempenho da economia previsto para este ano, o mercado estimou a evolução do PIB em 2,18%, frente a 2,37% na semana anterior. Para 2019 a estimativa é que o PIB cresça 3%, também como na semana anterior.

Para a taxa de câmbio, a pesquisa mostrou que a cotação da moeda americana estará em R\$ 3,50, no fim de 2018, frente a R\$ 3,48 no último relatório e em R\$ 3,50 no final de 2019, frente a R\$ 3,47 na semana anterior.

Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas são de um ingresso de US\$ 75 bilhões em 2018, como na última pesquisa e de US\$ 80 bilhões em 2019.

Perspectivas

Nesta semana, na zona do euro, teremos a divulgação da nova prévia do PIB do primeiro trimestre de 2018 e das vendas no varejo em abril.

Nos EUA, teremos a divulgação dos pedidos de bens duráveis em abril.

No Brasil, teremos a divulgação dos indicadores parciais de inflação, do IPCA de maio e da produção industrial em abril.

No exterior, teremos a divulgação do PIB do primeiro trimestre da zona do euro como fato importante e no Brasil a divulgação do IPCA de maio.

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, diante dos últimos acontecimentos que terão forte impacto no lado fiscal do setor público consolidado e após a realização de reunião de nosso Comitê de Investimento, passamos a não mais recomendar exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total, nem por conta de diversificação. Continuamos a considerar de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKa 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDBs aumentamos a alocação sugerida de 20%, para 35%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passou a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais supre a meta atuarial. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações - FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

ANÁLISE DE PERFORMANCE

Carteira consolidada de investimentos - base (maio / 2018)

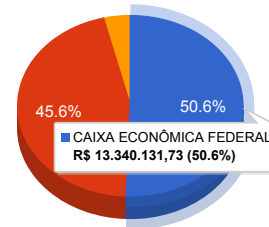
Produto / Fundo	Disponibilidade Resgate	Carência	Saldo	Particip. S/ Total	Qtde. Cotistas	% S/ PL Fundo	RESOLUÇÃO 3.922/2010 - 4.392/2014
BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA	D+1	Não há	1.014.668,21	3,85%	110	0,14%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	15/08/2022	183.309,22	0,69%	167	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	4.236.236,98	16,06%	742	0,07%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	Não há	726.260,75	2,75%	1.230	0,01%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA IV FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	15/08/2022	396.425,91	1,50%	116	0,08%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	3.255.937,67	12,34%	729	0,08%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB TÍTULOS PÚBLICOS IX FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+0	15/08/2018	118.850,63	0,45%	192	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	38.221,45	0,14%	194	0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	D+1	Não há	1.297.071,55	4,92%	376	0,06%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	D+0	Não há	5.038.252,69	19,10%	1.416	0,03%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	274.557,26	1,04%	737	0,00%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IDKA 20 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+2	Não há	55.102,90	0,21%	19	0,36%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	2.455.783,01	9,31%	727	0,04%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	902.788,95	3,42%	661	0,02%	Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "
CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	D+0	Não há	1.279.594,37	4,85%	429	0,05%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	D+0	Não há	1.869.137,32	7,08%	712	0,03%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
CAIXA PATRIMÔNIO ÍNDICE DE PREÇOS FIC RENDA FIXA LP	D+3	Não há	384.513,95	1,46%	404	0,15%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	D+1	Não há	2.559.250,01	9,70%	226	0,26%	Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "
CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES	D+4	Não há	37.056,19	0,14%	84	0,03%	Artigo 8º, Inciso I, Alínea " a "
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	Não se aplica	Não se aplica	260.071,88	0,99%		0,16%	Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " b "
TOTAL -			26.383.090,90				

ANÁLISE DE PERFORMANCE

Distribuição dos ativos por Administradores e Sub-Segmentos - base (maio / 2018)

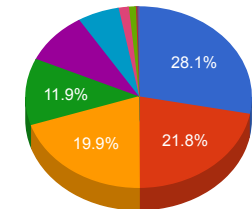
Administrador	Valor	%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	13.340.131,73	50,56%
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	12.028.290,96	45,59%
BANCO BRADESCO	1.014.668,21	3,85%

- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM
- BANCO BRADESCO



Sub-segmento	Valor	%
IMA-B	7.409.591,02	28,08%
IRF-M 1	5.764.513,44	21,85%
IDKA IPCA 2A	5.257.876,56	19,93%
CDI	3.148.731,69	11,93%
IRF-M	2.455.783,01	9,31%
IMA-B 5	1.571.628,81	5,96%
IPCA	384.513,95	1,46%
FUNDO IMOBILIÁRIO	260.071,88	0,99%
IDKA IPCA 20A	55.102,90	0,21%
IMA-B 5+	38.221,45	0,14%
AÇÕES - INDEXADO	37.056,19	0,14%

- IMA-B
- IRF-M 1
- IDKA IPCA 2A
- CDI
- IRF-M
- IMA-B 5
- IPCA
- FUNDO IMOBILIÁRIO
- IDKA IPCA 20A
- IMA-B 5+
- AÇÕES - INDEXADO

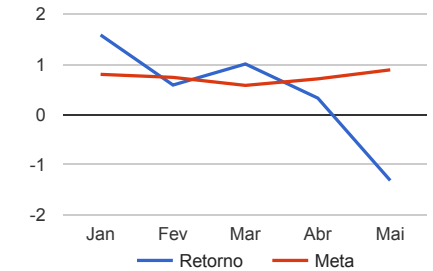
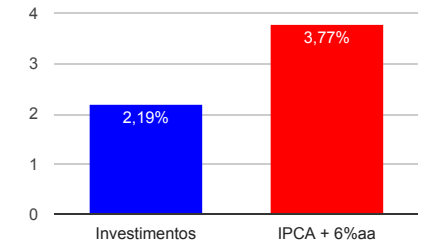


ANÁLISE DE PERFORMANCE

Retorno e Meta Atuarial acumulados no ano de 2018

Mês	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Saldo Atual	Retorno (\$)	Retorno (%)	Meta (%)	Gap (%)	VaR (%)
Janeiro	25.010.816,78	832.000,00	12.050,00	26.240.399,95	409.633,17	1,59%	0,80%	197,87%	0,88%
Fevereiro	26.240.399,95	901.856,82	934.314,21	26.362.069,56	154.127,00	0,59%	0,74%	79,54%	0,95%
Março	26.362.069,56	614.587,67	597.750,00	26.644.594,93	265.687,70	1,01%	0,58%	174,50%	0,86%
Abril	26.644.594,93	487.579,35	501.750,00	26.717.452,43	87.028,15	0,33%	0,71%	46,14%	0,70%
Mai	26.717.452,43	529.000,00	511.750,00	26.383.090,90	-351.611,53	-1,32%	0,89%	-147,99%	1,32%
Acumulado no ano					564.864,49	2,19%	3,77%	58,03%	

Acumulado no Ano

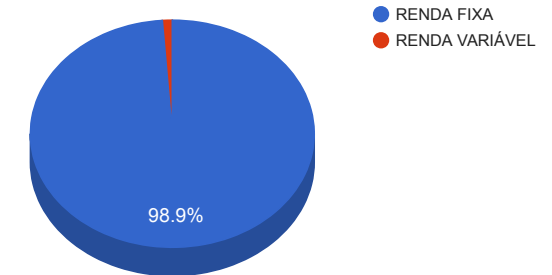


ANÁLISE DE PERFORMANCE

Enquadramentos na Resolução 3.922/2010, 4.392/2014, 4.604/2017 e Política de Investimentos - base (maio / 2018)

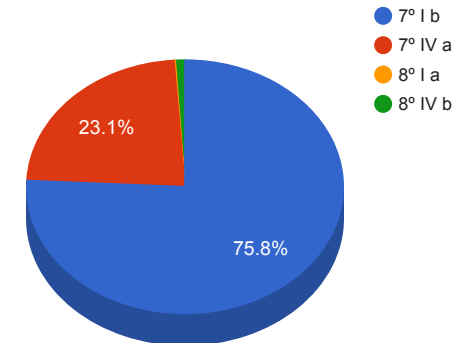
Artigos - Renda Fixa	Resolução %	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea " b "	100,00%	19.993.467,18	75,78%	15,00%	25,00%	70,00%	-1.525.303,55
Artigo 7º, Inciso III, Alínea " a "	60,00%	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	60,00%	15.829.854,54
Artigo 7º, Inciso IV, Alínea " a "	40,00%	6.092.495,65	23,09%	5,00%	10,00%	30,00%	1.822.431,62
Artigo 7º, Inciso VI, Alínea " a "	15,00%	0,00	0,00%	7,00%	15,00%	15,00%	3.957.463,64
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " a "	5,00%	0,00	0,00%	2,00%	5,00%	5,00%	1.319.154,55
Artigo 7º, Inciso VII, Alínea " b "	5,00%	0,00	0,00%	2,00%	5,00%	5,00%	1.319.154,55
Desenquadrado - RF	0,00%	0,00	0,00%	2,00%	5,00%	5,00%	1.319.154,55
Em Enquadramento - RF	0,00%	0,00	0,00%	2,00%	5,00%	5,00%	1.319.154,55
Total Renda Fixa	100,00%	26.085.962,83	98,87%	40,00	80,00	200,00	-

Distribuição por Segmento



Artigos - Renda Variável	Resolução %	Carteira \$	Carteira %	Estratégia de Alocação			GAP Superior
				Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 8º, Inciso I, Alínea " a "	30,00%	37.056,19	0,14%	2,00%	5,00%	10,00%	2.601.252,90
Artigo 8º, Inciso II, Alínea " a "	20,00%	0,00	0,00%	2,00%	5,00%	10,00%	2.638.309,09
Artigo 8º, Inciso III	10,00%	0,00	0,00%	7,00%	10,00%	10,00%	2.638.309,09
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " a "	5,00%	0,00	0,00%	2,00%	5,00%	5,00%	1.319.154,55
Artigo 8º, Inciso IV, Alínea " b "	5,00%	260.071,88	0,99%	2,00%	5,00%	5,00%	1.059.082,67
Desenquadrado - RV	0,00%	0,00	0,00%	2,00%	5,00%	5,00%	1.319.154,55
Em Enquadramento - RV	0,00%	0,00	0,00%	2,00%	5,00%	5,00%	1.319.154,55
Total Renda Variável	30,00%	297.128,07	1,13%	19,00	40,00	50,00	-

Distribuição por Artigo / Resolução



RECOMENDAÇÕES GERAIS

Renda Fixa

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, diante dos últimos acontecimentos que terão forte impacto no lado fiscal do setor público consolidado e após a realização de reunião de nosso Comitê de Investimento, passamos a não mais recomendar exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total, nem por conta de diversificação. Continuamos a considerar de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDBs aumentamos a alocação sugerida de 20%, para 35%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passou a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Renda Variável

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais supõem a meta atuarial. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações - FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Sugestão de Realocação Completa

Origem da Aplicação	Resgate (\$)		Aplicação (\$)	Sugestão de Ativo
IDKA IPCA 20A	55.102,90	⇒	55.102,90	CDI
IMA-B	6.829.855,89	⇒	2.500.000,00	AÇÕES - LIVRES
		⇒	585.638,90	CDI
		⇒	1.000.000,00	FUNDO IMOBILIÁRIO
		⇒	144.216,99	GESTÃO DURATION
		⇒	2.600.000,00	MULTIMERCADO
IMA-B 5+	38.221,45	⇒	38.221,45	CDI
IRF-M	2.455.783,01	⇒	2.455.783,01	GESTÃO DURATION
IRF-M 1	2.600.000,00	⇒	2.600.000,00	CDI

A sugestão completa é a realocação visando a diversificação da carteira em todos os papéis possíveis, seguindo a estratégia de nossos informes periódicos, sempre respeitando a Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos do RPPS definida para o período e todos os instrumentos de regulação vigente dos órgãos reguladores.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Estratégia de Alocação - Sugestão Completa

Total da Carteira: R\$ 26.383.090,90		SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO		
	Carteira Atual	%	\$	Carteira Alterada
TÍTULOS PÚBLICOS	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
POUPANÇA - OP COMPROMISSADAS - CDB - CVS - DISPONIBILIDADE	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
IDKA IPCA 20A - IMA-B 5+	0,35%	-0,35%	-93.324,35	0,00%
IMA-B - IMA-GERAL - IMA-GERAL EX-C - IDKA IPCA 5A	28,08%	-25,89%	-6.829.855,89	2,20%
IRF-M - IRF-M 1+	9,31%	-9,31%	-2.455.783,01	0,00%
IMA-B 5 - IDKA IPCA 2A - IDKA IPCA 3A	25,89%	0,00%	0,00	25,89%
IRF-M 1 - IMA-S	21,85%	-9,85%	-2.600.000,00	11,99%
CDI - IPCA	13,39%	12,43%	3.278.963,25	25,82%
FIDC - ABERTO - FIDC - FECHADO - CRÉDITO PRIVADO	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
MULTIMERCADO	0,00%	9,85%	2.600.000,00	9,85%
AÇÕES - LIVRES - AÇÕES - SETORIAIS - AÇÕES - INDEXADO	0,14%	9,48%	2.500.000,00	9,62%
FIP	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
FUNDO IMOBILIÁRIO	0,99%	3,79%	1.000.000,00	4,78%
GESTÃO DURATION	0,00%	9,85%	2.600.000,00	9,85%
APOORTE RECEBIDO	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	100,00%			100,00%

RECOMENDAÇÕES GERAIS

CONCLUSÃO

As diversificações apresentadas atende o proposto em nossos informes periódicos, para então ajustar os investimentos na obtenção dos melhores resultados e na mitigação dos riscos, dando prioridade aos ativos já pertencentes à carteira no período analisado.

A carteira do RPPS possui liquidez em mais de 96% dos recursos totais, permitindo a manutenção em curto prazo do portfólio.

Analisando a carteira de investimentos, notamos que o RPPS possui tímida exposição em produtos de renda variável. Diante do atual cenário econômico, onde temos alta volatilidade devido às incertezas de âmbito político, o que aumenta o risco país, sugerimos diversificação do portfólio em fundos de ações livres e multimercado, fundos de ações tem a tendência de refletir primeiro a recuperação da economia. Também consideramos importante a exposição em fundos imobiliários, setor que projeta crescimento para os próximos ciclos.

Para as melhores opções de investimentos, recomendamos a utilização da ferramenta do sistema - (Comparativos), para a análise conjunta de desempenho dos fundos de investimentos e, num segundo momento, recomendamos a utilização da ferramenta do sistema - (Análise), para solicitar a análise do fundo de investimento escolhido individualmente.

DISCLAIMER

Este Relatório e/ou Parecer foi preparado para uso exclusivo do destinatário, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa sem expressa autorização da Empresa. As informações aqui contidas são somente com o objetivo de prover informações e não representa, em nenhuma hipótese, uma oferta de compra e venda ou solicitação de compra e venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro. Esta é apenas uma OPINIÃO que reflete o momento da análise e são substanciadas em informações coletas que julgamos confiáveis.

Não nos responsabilizamos pela utilização destas informações em suas tomadas de decisão e consequentes perdas e ganhos. As informações aqui contidas não representam garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das mesmas, e não devem ser consideradas como tais. A opiniões contidas neste Relatório e/ou Parecer são baseadas em julgamentos e estimativas, estando, portanto, sujeitas a mudanças.

As informações deste Relatório procuram estar em consonância com o regulamento dos produtos mencionados, mas não substituem seus materiais regulatórios, como regulamentos e prospectos de distribuição. É recomendada a leitura cuidadosa tanto do prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento dos produtos de investimento, bem como às disposições do prospecto e do regulamento que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto. Todas as informações sobre os produtos aqui mencionados, bem como o regulamento e o prospecto, podem ser obtidas com o responsável pela distribuição.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e os produtos estruturados possuem, além da volatilidade, riscos associados à sua carteira de crédito e estruturação.

Os RPPS devem estar adequados à Portaria nº 519, de 24 de Agosto de 2011 e suas alterações conforme Portarias nº 170, de 25 de Abril de 2012; nº 440, de 09 de Outubro de 2013 e nº 300 de 03 de Julho de 2015, além da Resolução CMN nº 3.922 de 25 de Novembro de 2010 e sua alteração conforme Resolução CMN nº 4.392 de 19 de Dezembro de 2014, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.